

A pressão dos credores

Oficialmente, o subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, desembarca hoje em Brasília para conversar com autoridades brasileiras a respeito da proposta de um novo relacionamento dos EUA com a América Latina feita pelo presidente George Bush. No encontro que terá com a equipe econômica do governo, porém, Mulford deverá tratar também da questão da dívida externa brasileira, em particular dos pagamentos dos juros devidos aos bancos particulares. Como se sabe, o governo brasileiro suspendeu esses pagamentos em julho do ano passado e não tem demonstrado pressa em reiniciá-los.

Com o anúncio do Plano Brady, em março do ano passado, o governo de Washington modificou inteiramente o enfoque da questão da dívida externa dos países em desenvolvimento. Até então, as diversas iniciativas dos governos dos países credores procuraram apenas assegurar o interesse dos bancos; o Plano Brady busca alternativas que dêem aos devedores condições para crescer e assim pagar a dívida. Isso não quer dizer, porém, que os devedores podem deixar de cumprir seus compromissos, como o pagamento dos juros devidos.

Recentemente, o presidente do Citicorp (maior credor particular do Brasil), John Reed, e o vice-presidente do Bank of Tokyo (décimo maior credor), Eiichi Matsumoto, foram claros ao cobrar do governo brasileiro o pagamento dos juros atrasados. Este seria, como afirmou Matsumoto, o primeiro passo para o restabelecimento da credibilidade do Brasil junto à comunidade financeira internacional. Mulford deverá reforçar a cobrança.

A dívida em atraso do Brasil totaliza cerca de US\$ 8 bilhões. O governo brasileiro tem condicionado o reinício do pagamento a um acordo global da

divida de médio e longo prazos com os bancos particulares. Mas as negociações com esses bancos ainda nem tem data para começar, visto que o governo pretende primeiro fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), depois acertar suas contas com os credores oficiais, para só então procurar os credores privados.

O governo brasileiro alega que somente depois de assegurar o êxito do programa de ajuste da economia, que prevê a obtenção de um superávit do setor público equivalente a 1,2% do PIB, poderá determinar o montante a ser destinado ao Exterior. Calculados dessa forma, no entanto, os recursos para o pagamento da dívida são muito inferiores aos esperados pelos credores.

Compreende-se que, nesse período que antecede as negociações formais com os credores, a equipe econômica queira demonstrar que não tem pressa, pois, sem acordo, o reinício dos pagamentos dos juros pode continuar sendo adiado. Mais cedo ou mais tarde, no entanto, esses pagamentos terão de ser feitos, no mínimo, para assegurar o apoio do governo norte-americano a um eventual acerto com o FMI.

É preciso lembrar que, para o plano Brasil Novo atingir sua meta final de modernização da economia brasileira de modo a integrá-la competitivamente no mundo desenvolvido, o País não poderá prescindir do auxílio externo, seja na forma de financiamentos, seja na forma de investimentos de risco. E esse auxílio depende da normalização das relações com o sistema financeiro internacional.

O mundo desenvolvido, de fato, é regido por regras e obrigações que todos os países nele integrados respeitam. Se o objetivo do governo Collor é integrar o Brasil nesse mundo, terá, em algum momento, de aceitá-las.